

BARREIRAS FÍSICAS NA ACESSIBILIDADE EM ESCOLAS PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ANGICOS/RN

Bruna Tavares de Moraes*

Marcilene Vieira da Nóbrega**

RESUMO

A acessibilidade arquitetônica nas escolas públicas é um tema crucial para garantir a inclusão de todos os alunos independente das suas condições físicas e cognitivas. Pois, a existência de barreiras físicas pode prejudicar a aprendizagem dos alunos com deficiência. Dessa maneira, esse artigo tem como objetivo realizar um levantamento referente a acessibilidade no espaço físico da Escola Municipal Espedito Alves de Angicos-RN. Para isso, foi realizado um estudo documental e bibliográfico da NBR 9050/2020, além disso teve-se as visitas que ocorreram nas dependências da escola acompanhadas de registros fotográficos e por último teve a aplicação de questionário com a gestão da escola para coleta de informações sobre a visão da gestão da acessibilidade na referida escola. Como conclusão foi possível destacar que a escola possui diversas barreiras arquitetônicas que dificultam o acesso das pessoas com deficiência física no seu ambiente, tais como: rampas de acesso aos locais de convivência com medidas inadequadas e sem corrimão, ausência de piso tátil e placas de identificação dos espaços em braille, ausência de barra de apoio no banheiro, torneiras do bebedouro e da pia do banheiro que não são de fácil acionamento e a escola não possui mobiliário adequado as pessoas com deficiências físicas.

Palavras-chave: Acessibilidade, barreiras físicas, escolas públicas, deficiência física.

ABSTRACT

Architectural accessibility in public schools is a crucial issue to ensure the inclusion of all students, regardless of their physical and cognitive conditions. The existence of physical barriers can hinder the learning of students with disabilities. Thus, this article aims to conduct a survey regarding accessibility in the physical space of the Espedito Alves Municipal School in Angicos, Rio Grande do Norte. To this end, a documentary and bibliographic study of NBR 9050/2020 was carried out. In addition, visits to the school premises were accompanied by photographic records. Finally, a questionnaire was applied to the school management to collect information about the vision of accessibility management in said school. In conclusion, it was possible to highlight that the school has several architectural barriers that make it difficult for people with physical disabilities to access its environment, such as: access ramps to common areas with inadequate measurements and without handrails, lack of tactile flooring and identification plates for spaces in Braille, lack of grab bars in the bathroom, taps in the drinking fountain and bathroom sink that are not easy to operate and the school does not have furniture suitable for people with physical disabilities.

Keywords: Accessibility, physical barriers, public schools, physical disability.

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre educação inclusiva no Brasil iniciam-se no século XIX, quando países europeus começam a explorar novas abordagens para as pessoas com necessidades especiais, pois até então essas pessoas eram vistas como inúteis e que não deveriam estar integradas na sociedade. Deste modo, conforme aponta Mazzotta (2001) a educação especial surgiu como uma proposta de denúncia a discriminação e a exclusão dessas pessoas.

Foi no ano de 1994, após a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que foi elaborada a Declaração de Salamanca em que foi propagado em todo o país o direito de educação para todos. Deste modo, como forma de orientar as organizações e governos em suas práticas, os espaços educacionais deveriam acolher em seus espaços crianças com deficiência.

No ano de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 em seu texto confirma que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e devem existir serviços de apoios especializados.

De acordo com o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiências (2013) a acessibilidade como inclusão é compreendido como atributo do ambiente que garante que todos convivam de forma independente, com segurança e autonomia, nos espaços, mobiliários e equipamentos abertos ao público ou de uso público.

Conforme a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 em seu art.3º a acessibilidade deve garantir

[...]possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na zona rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida[...] (Lei Nº 13.146, 2015, Art. 3º).

Dialogando com a Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira em seu artº 205 onde diz que a educação é um direito de todos, e a mesma será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa. Assim, o ambiente escolar é um espaço onde são necessárias mudanças em seus espaços físicos de modo que venha a atender diversas necessidades dos indivíduos que estão inseridos neste contexto.

Dentro desse contexto, tem-se o conceito de barreiras que o art. 3º da Lei Nº 13146/2015 define barreiras como:

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (Lei Nº 13.146, 2015, Art. 3º).

A lei nº 13.146/2015 classifica as barreiras em seis tipos, sendo elas:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados.
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes.
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias. (Lei Nº 13.146, 2015, Art. 3º).

As barreiras urbanísticas impedem a mobilidade das pessoas com deficiência e de mobilidade reduzida em espaços públicos e abertos. Já as barreiras arquitetônicas são as barreiras físicas localizadas em prédios públicos ou privados. As barreiras de transporte são referentes ao transporte, tais como: a acessibilidade em paradas de ônibus, metrô e todos esses pontos de integração entre transportes públicos e privados. Nas barreiras atitudinais são ligadas ao preconceito e discriminação das pessoas pelas condições diferentes que as outras possuem. As barreiras tecnológicas são os impedimentos das pessoas com deficiência a acessarem e manusearem equipamentos tecnológicos como computador, tv, celular e todos outros equipamentos tecnológicos.

Referente as barreiras arquitetônicas são as que mais ocorrem nos espaços públicos como as escolas o que dificultam a acessibilidade das pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida. Dessa maneira, é importante adequar todos os espaços para a inclusão das pessoas com deficiência em espaços escolares como garantia de acesso e permanência na escola de modo que a falta de acessibilidade não prejudique seu processo de ensino/aprendizagem.

Conforme aponta a NBR 9050 (2020) a condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, são garantias de acessibilidade física.

A NBR 9050 (2020) é uma norma que define requisitos de adequação de espaços físicos que sejam utilizados por qualquer pessoa, tendo como objetivo principal da norma a

garantia de tornar os espaços mais inclusivos eliminando barreiras que podem vir a serem obstáculos para pessoas com deficiência.

Sob essa ótica Araújo (2019) aponta que os obstáculos ainda existentes na rotina dessas pessoas afastando-as de qualquer campo de atuação, pode-se então afirmar que a acessibilidade nos espaços educacionais é de extrema importância para garantir boas experiências e a permanência do aluno em sala de aula.

Neste sentido, esse trabalho traz como objetivo geral realizar um levantamento referente a acessibilidade no espaço físico da Escola Municipal Espedito Alves de Angicos-RN. Por meio de um estudo que irá contemplar visitas às dependências da escola acompanhadas de registros fotográficos e aplicação de formulários para coleta de informações sobre a referida escola, pretende-se observar de que modo a escola garante acessibilidade e permanência dos alunos em seu contexto e quais os impactos causados no processo de aprendizagem.

Como objetivos específicos será realizado um estudo na literatura sobre a NBR 9050/2020 e suas aplicações em espaços educacionais; verificar se a edificação há adaptações de acessibilidade considerando itens da norma através de visitas técnicas e registros fotográficos; Realizar uma discussão para verificar caso não haja os itens de acessibilidade os impactos dessa ausência no processo ensino aprendizagem.

2 METODOLOGIA

A metodologia compreende um estudo de caso sobre as condições de acessibilidade na Escola Municipal Espedito Alves no município de Angicos/RN.

2.1 Caracterização da Escola Municipal Espedito Alves

A Escola Municipal Espedito Alves - Ensino Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais), foi fundada em 12 de maio de 1966 através do Decreto Executivo N° 03/66, com a chegada das irmãs Doroteias nesta cidade, com o nome de CURSO SUPLETIVO MUNICIPAL, na gestão do Exm° Sr. Espedito Alves.

Atualmente a escola pesquisada (Figura 1) possui os seguintes níveis da Educação Básica: Creche, Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos iniciais 1° ao 5° Ano). A escola pertence à rede municipal de ensino, é mantida pelos recursos dos programas do governo federal e prefeitura municipal de Angicos do Estado do Rio Grande do Norte.

Figura 1 – Fachada da Escola Municipal Espedito Alves



Fonte: Autoria própria.

A instituição escolar funciona em instalações próprias e atende a uma clientela com faixa etária que varia entre 3 a 5 anos (Educação Infantil) e de 6 a 14 anos de idade (Ensino Fundamental Anos Iniciais). Os discentes estão distribuídos em: 60 alunos na educação infantil e 177 alunos no Ensino Fundamental (Anos Iniciais).

A escola tem boa iluminação e também é bastante ventilada e arborizada. A escola está localizada no bairro alto da alegria em Angicos/RN que é um bairro bastante populoso e essa é a única escola desse bairro, dessa maneira, os responsáveis pelos alunos do bairro que estão na faixa etária de 3 a 14 anos preferem matricular esses alunos na Escola Municipal Espedito Alves (EMEA).

A escola conta com a seguinte estrutura física: 6 salas de aula, 1 sala de leitura, 2 banheiros para alunos, 1 sala dos professores com um banheiro, 1 sala que funciona a secretaria e direção, 1 cozinha, 1 refeitório e 1 quadra de esportes.

2.2 Etapas de realização da pesquisa

A pesquisa iniciou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica e documental segundo Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa documental é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios. De modo que foi identificado os principais itens da NBR 9050/2020 referente as adequações dos espaços e mobiliários para atender a norma de acessibilidade e com isso diminuir as barreiras arquitetônicas.

No segundo momento foi realizada uma visita no local de pesquisa para observar e realizar registros fotográficos dos espaços da escola com o objetivo de verificar se ela contempla os itens estabelecidos pela NBR 9050/2020.

Na terceira etapa foi aplicado um questionário (Quadro 1) com a gestão da escola para identificar se a escola é acessível na visão da gestão e se tem algum plano/ou dificuldade para adequar a escola com relação a NBR 9050/2015. Conforme aponta Gil (1999) é a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas as pessoas propósito de obter informações sobre conhecimentos, interesses, expectativas, expirações, comportamento presente ou passado, entre outros.

Quadro 1 – Questionário aplicado com a gestão da escola

Pergunta 1	A escola tem algum aluno com deficiência matriculado? Se sim quantos são e quais os diagnósticos deles?
Pergunta 2	A escola na visão da gestão tem seus espaços acessíveis para pessoas com deficiências físicas?
Pergunta 3	A escola já deixou de receber alguma matrícula de aluno devido a existência de barreiras arquitetônicas?
Pergunta 4	Existe algum planejamento para adequar os espaços da escola que ainda não estão acessíveis?
Pergunta 5	Quais as dificuldade que a gestão enfrenta para adequar os espaços da escola as pessoas com deficiências físicas?
Pergunta 6	A escola possui mobiliário adequado para alunos com deficiência física?

Fonte: Autoria própria.

Sendo assim, após a realização da pesquisa bibliográfica em que foi identificado os principais itens que uma escola deve ter para ser acessível de acordo com a NBR9050/2020 foi feita as visitas a escola para a verificação da escola com os itens da norma e em seguida foi aplicado o questionário com a gestão e assim foi possível obter dados dos resultados para atingir os objetivos dessa pesquisa que são mostrados no item a seguir com o intuito de discutir e mostrar a acessibilidade nessa escola pública da cidade de Angicos/RN e assim mostrar a importância de ter os espaços acessíveis nos prédios públicos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção serão apresentados e discutidos os resultados referente a cada etapa da pesquisa: pesquisa bibliográfica para identificação dos itens da NBR 9050/2020 referente as adequações dos espaços e mobiliários para atender a norma de acessibilidade; realização das visitas à escola para verificar se o espaço atende a NBR 9050/2020 e a aplicação do questionário com a gestão escolar.

3.1 Itens da NBR9050/2020 referente as adequações dos espaços e mobiliários para atender a norma de acessibilidade

Analizando a NBR9050/2020 e destacando os principais pontos para que o ambiente de uma escola deve possuir para ter um espaço acessível a todos os alunos incluindo os com deficiência física e com mobilidade reduzida estão pontuados a seguir:

- Ter rampa de acesso aos locais de circulação do ambiente: “A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível de 1,20 m” (NBR9050/2020, p. 58); E “As rampas devem ter inclinação entre 6,25 % e 8,33 %” (NBR9050/2020, p. 59);
- Ter corrimão nas rampas e escadas: “Os corrimãos devem ser instalados em rampas e escadas em ambos os lados, a 0,92 m e a 0,70 m do piso” (NBR9050/2020, p. 62);
- Ter piso tátil para direcionar a locomoção entre os ambientes da escola: “O piso tátil é um piso caracterizado por textura e cor contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação, principalmente, às pessoas com deficiência visual ou baixa visão. São de dois tipos: piso tátil de alerta e piso tátil direcional” (NBR9050/2020, p. 33);
- Ter placas de *braille* para a identificação dos ambientes: “A redação de textos contendo orientações e instruções de uso de áreas, objetos, equipamentos, regulamentos, normas de conduta e utilização deve conter informações essenciais em alto-relevo e em Braille” (NBR9050/2020, p. 35);
- Ter corredores amplos: São essenciais para a locomoção das pessoas com mobilidade reduzida ou algum aluno com deficiência física;

- Maçanetas das portas tem que ser de fácil acionamento: “Os elementos de acionamento para abertura de portas devem possuir formato de fácil pega, não exigindo firmeza, precisão ou torção do pulso para o seu acionamento. As maçanetas devem, preferencialmente, ser do tipo alavanca” (NBR9050/2020, p. 24);
- Largura mínima das portas da sala de aula e do banheiro: “Para utilização das portas em sequência, é necessário garantir o espaço para rotação de 360°, o espaço para varredura das portas, os 0,60 m ao lado da maçaneta, para permitir o alcance, a aproximação e a circulação de uma pessoa em cadeira de rodas. O vão livre da porta deve ser maior ou igual a 0,80 m” (NBR9050/2020, p. 69);
- Largura interna do banheiro: mínimo de 1,5 metros;
- Altura da válvula de descarga: “A válvula de descarga deve estar a uma altura máxima de 1,00 m” (NBR9050/2020, p. 97);
- Altura da pia do banheiro: “As pias devem possuir altura de no máximo 0,85 m, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m” (NBR9050/2020, p. 130);
- Ter no banheiro barras de apoio verticais e horizontais: “Junto à bacia sanitária, quando houver parede lateral, devem ser instaladas barras para apoio e transferência. Uma barra reta horizontal com comprimento mínimo de 0,80 m, posicionada horizontalmente, a 0,75 m de altura do piso acabado (medida pelos eixos de fixação), a uma distância de 0,40 m entre o eixo da bacia e a face da barra, deve estar posicionada a uma distância de 0,50 m da borda frontal da bacia. Também deve ser instalada uma barra reta com comprimento mínimo de 0,70 m, posicionada verticalmente, a 0,10 m acima da barra horizontal e a 0,30 m da borda frontal da bacia sanitária” (NBR9050/2020, p. 90);
- Possuir mobiliário adequado as pessoas com deficiência física: Para o caso de escola é necessário que as mesas das salas e as das bibliotecas e espaços coletivos atendam a seguinte condição “As mesas ou superfícies de trabalho acessíveis devem possuir tampo com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m” (NBR9050/2020, p. 118);
- Possuir bebedouros acessíveis para os alunos com deficiência física: “Devem ser instalados bebedouros com no mínimo duas alturas diferentes de bica, sendo

uma de 0,90 m e outra entre 1,00 m e 1,10 m em relação ao piso acabado” (NBR9050/2020, p. 114);

Assim, esses são os itens principais que foi localizado na norma que se aplica as escolas. No próximo item será feita a comparação do que foi encontrado na escola e os itens destacados na norma que são importantes para as escolas.

3.2 Espaços da escola em comparação a NBR9050/2020

As visitas que foram realizadas na escola possibilitaram coletar os dados da pesquisa para analisar as possíveis barreiras arquitetônicas existentes na escola através da comparação do que existe na escola e o que é definido na norma da acessibilidade NBR9050/2020. Na Figura 2 tem-se o acesso a parte interna da escola através de dois portões sendo um de 0,80 m de largura e outro de 2,5 m.

Figura 2 – Acesso da entrada da escola



Fonte: Autoria própria.

No portão de 0,8m não tem rampa adequada, pois a rampa nesse portão é uma rampa de apenas 0,20 m de largura o que não acompanha a largura do portão todo impossibilitando uma pessoa em cadeira de rodas de acessar a escola. O acesso da pessoa com deficiência física ou de mobilidade reduzida só poderia acontecer pelo portão maior que tem largura de 2,5 metros que atende ao definido pela NBR9050/2020.

O acesso interno na escola para os locais localizados em blocos diferentes que é o bloco de salas de aula (Figura 3-A), a quadra de esportes (Figura 3-B) e o refeitório (Figura 3-C) tem rampas de acessibilidade com pelo menos 1,10 metros de largura.

Figura 3 – Acesso interno na escola para diferentes espaços. (A) salas de aula; (B) quadra de esportes; (C) refeitório.



Fonte: Autoria própria (2024).

A rampa de acesso a quadra ficou acima do meio fio deixando uma elevação de 10 cm que dificultaria o acesso da pessoa com deficiência física (Figura 3-B) além de não ter em nenhuma rampa a presença de corrimão ao longo dessas rampas de acesso. Outro ponto importante é que na escola não tem em nenhum local com piso tátil necessário para direcionar o deficiente visual nos diversos caminhos entre os espaços de convivência da escola.

Além disso, de acordo com a NBR9050/2020 a largura mínima para as rampas de acesso deverá ser de 1,20 metros e a rampa mostrada na Figura 3-A que permite o acesso ao bloco de salas de aula da escola e ao prédio administrativo só tem 1,10 metros de largura.

Os corredores de acesso as salas de aula são amplos (Figura 4), porém tem mobiliário localizados nesse espaço que podem atrapalhar a circulação das pessoas com deficiências e também não tem piso tátil.

Figura 4 – Corredores de acesso as salas de aula



Fonte: Autoria própria (2024).

Com relação as portas das salas (Figura 5) todas as fechaduras são adequadas as pessoas com deficiência, pois são de fácil pegada e a largura das portas também são adequadas (0,80m), porém não tem a identificação das plaquinhas das salas em *braille*.

Figura 5 – Postas das salas de aula



Fonte: Autoria própria (2024).

Referente aos banheiros, a escola tem um banheiro que define como um banheiro adaptado (Figura 6), porém é possível notar algumas irregularidades, tais como: não possui a barra vertical e só tem barra horizontal em uma das paredes o que deveria ter os dois tipos barra nas duas paredes que o sanitário fica em contato. Além disso, a altura válvula do sanitário é de 1,04 metros ficando além do permitido que é de no máximo 1,0 metro.

Figura 6 – Banheiro acessível da escola



Fonte: Autoria própria (2024)

As pias do banheiro estão dentro da altura correta que é de no mínimo 0,75 metros e no máximo 0,85 metros, pois atualmente as pias tem uma altura de 0,80 metros, porém a

torneira da pia não é de fácil acionamento o que não se enquadra no estabelecido pela norma NBR9050/2020.

A Figura 7 mostra o bebedouro da escola em que todos os alunos têm acesso para beber água.

Figura 7 – Bebedouro da escola



Fonte: Autoria própria (2024)

Através da Figura 7 pode-se perceber que a altura da torneira do bebedouro está de acordo com a norma NBR9050/2020, pois tem uma altura de 0,90 m o que é o mínimo estabelecido pela norma, porém a torneira do bebedouro não é de fácil acionamento e alunos com mobilidade reduzida e/ou com deficiência física vai ter dificuldade para beber água.

Figura 8 – Mesas da sala de aula da escola



Fonte: Autoria própria (2024)

Referente ao mobiliário das mesas da sala de aula da escola (Figura 8) não tem mesa adaptada com as condições estabelecidas pela norma que é de 0,90 metros de largura e 0,75 metros de altura, pois as mesas que tem em todas as salas de aula tem largura de 0,60 metros e altura de 0,70 metros.

Analisando os itens mencionados nesse tópico em comparação com o estabelecido na norma NBR9050/2020 pode mensurar que a escola em que foi realizada a pesquisa tem diversas barreiras arquitetônicas e entre essas barreiras estão irregularidade nas rampas de acessibilidade, no mobiliário da escola, no banheiro e no bebedouro devido a dificuldade de acionamento das torneiras e os corredores da escola que não são livres, pois possuem mobiliário que podem dificultar a passagem de uma cadeira de rodas. Além da escola não possuir plaquinhas de identificação em braille e piso tátil além de corrimões nas rampas.

Todos os itens mencionados acima são barreiras que dificultam o acesso das pessoas com deficiência e de mobilidade reduzida a ter acesso e se sentir incluídos nas atividades da escola, pois o ambiente é o primeiro passo para acolher o aluno que tenha alguma deficiência física e com isso quando não se tem essa adaptação dos espaços acaba influenciando a evasão desses alunos da escola, podendo também deixar os alunos tristes e sem interesse em aprender e continuar na escola o que pode acarretar em sérios impactos no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência física.

Sendo assim, é de suma importância que a escola passe por adequações para conseguir entrar em conformidade com a norma de acessibilidade a NBR9050/2020 e assim proporcionar aos alunos com deficiência um espaço adequado para acolher eles e com isso contribuir para o seu processo de desenvolvimento e aprendizagem.

3.3 Aplicação de questionário com a gestão

Após as visitas que foram realizados os registros fotográficos na escola foi realizado a aplicação de um questionário com a gestão da escola contendo 6 questões que foram respondidas pelo diretor da escola. As questões e as respectivas respostas dadas pela gestão podem ser observadas através do Quadro 2.

Esse questionário foi aplicado para poder identificar e analisar a visão da gestão referente a acessibilidade na escola, a sua importância e se a escola tem um planejamento para poder adequar os itens que estão em desacordo com a norma NBR9050/2020.

Quadro 2 – Questionário aplicado com as respostas da gestão

Perguntas feitas a gestão	Respostas da Gestão
A escola tem algum aluno com deficiência matriculado? Se sim quantos são e quais os diagnósticos deles?	A escola tem 14 alunos com laudos com autismo e TDAH e 1 com TOD.
A escola na visão da gestão tem seus espaços acessíveis para pessoas com deficiências físicas?	Não, acredito que nós precisamos de mais espaço para adequar melhor a escola, porém não temos espaço disponível para melhorar esses espaços.
A escola já deixou de receber alguma matrícula de aluno devido a existência de barreiras arquitetônicas?	Não deixamos de receber. Porém, se chegar algum aluno com deficiência física teríamos que adequar o espaço.
Existe algum planejamento para adequar os espaços da escola que ainda não estão acessíveis?	Enquanto gestão sim, porém não tivemos retorno de outras instâncias para poder termos o financiamento dessas adequações.
Quais as dificuldade que a gestão enfrenta para adequar os espaços da escola as pessoas com deficiências físicas?	Precisamos adequar a estrutura como um todo, principalmente as salas de aula com relação ao piso menos escorregadio, adequar melhor os banheiros e os espaços da escola para torna-los mais amplos.
A escola possui mobiliário adequado para alunos com deficiência física?	Não, a escola tem o mobiliário para alunos comuns sem nenhum tipo de necessidades especiais. Acredito que isso se deve ao fato de que a escola nunca teve demanda de alunos com deficiência física para poder justificar a aquisição desse tipo de mobiliário para os órgãos superiores em instância municipal. Mas, caso algum dia tenha a demanda será solicitado

	com urgência e assim conseguiremos adquirir e oferecer ao aluno o melhor para o seu aprendizado.
--	--

Fonte: Autoria própria.

Foi possível verificar através do questionário que na escola não tem nenhum aluno com deficiência física, pois os diagnósticos citados tratam-se de transtornos cognitivos e não de deficiências físicas.

O gestor mostra que na visão da gestão o que está faltando são mais espaços e também que esses espaços sejam mais amplos, porém já foi visto que não é apenas isso, é necessário ter piso tátil, adequar algumas rampas, colocar corrimãos, colocar vaso sanitário com altura adequada, colocar todas as barras de apoio nos banheiros, colocar placas de identificação dos espaços em braile, adequar as torneiras do bebedouro e também adquirir mobiliário adequado para caso um aluno que venha a se matricular na escola possa vir a ter caso possua alguma deficiência física. E, vale destacar que qualquer aluno pode precisar desse mobiliário já que pode acontecer algo que diminua sua mobilidade durante algum tempo e ele tenha que conviver em um espaço que atualmente não está totalmente adequado para ele.

A gestão afirma que nunca deixou de receber matrícula de alunos com deficiência e que caso venha a se matricular um aluno com deficiência física é que vai ser providenciado os ajustes necessários. Isso mostra que até que os ajustes sejam feitos o aluno terá que enfrentar diversas barreiras já mencionadas e isso pode impactar diretamente na aprendizagem do aluno deixando ele desestimulado.

Também foi possível identificar que existe um planejamento para fazer as adequações de acessibilidade arquitetônica na escola, porém a gestão não teve o retorno de outras instâncias para poder ter o financiamento necessário para tais adequações que provavelmente só irá ocorrer quando tiver algum aluno com deficiência física ou mobilidade reduzida matriculado e frequentando essa escola.

A gestão cita as adequações necessárias de modo geral e isso mostra que é necessário que a gestão analise mais profundamente identificando quais adequações são necessárias para a escola ser um espaço acessível a todas as pessoas com deficiência e assim não possuam barreiras arquitetônicas.

Referente ao mobiliário da escola também pode observar que só está no planejamento adquirir esse item caso algum aluno com deficiência física se matricule e passe a frequentar a escola.

4 CONCLUSÃO

A escola possui diversas barreiras arquitetônicas que dificultam o acesso das pessoas com deficiência no seu ambiente. Dessa maneira, caso a escola precisa adequar os seus espaços para o caso de receber matrículas de algum aluno com deficiência física e/ou mobilidade reduzida terá que se adequar rapidamente as exigências que não estão em conformidade com a norma NBR9050/2020.

Entre as principais adequações físicas necessárias foram observadas: adequar as rampas da entrada da escola aumentando a largura de todas as rampas para no mínimo 1,20 metros, é necessário também adequar a rampa de acesso à quadra para que não se tenha degrau antes da rampa, colocar corrimão em todas as rampas de acesso aos espaços de convivência da escola, colocar piso tátil em toda escola, colocar as placas de identificação dos ambientes em braille, fazer as adequações necessárias no banheiro que é colocar a barra de apoio vertical e horizontal que estão faltando e também colocar nas pias as torneiras de fácil acionamento. É necessário também desobstruir os corredores de acesso as salas de aulas para deixar o ambiente mais livre e mudar o piso para um piso antiderrapante. Outro ponto importante é adquirir mobiliário adequado para as pessoas com deficiência.

Dessa maneira, essas adequações necessitam de planejamento e de recursos financeiros, a gestão afirma que o planejamento para realização das adequações existe, porém não teve retorno ainda sobre o aporte financeiro necessário para realizar essas adequações e essa é a principal dificuldade para adequar os espaços da escola para os alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida.

Com isso, é possível verificar que a pessoa com deficiência não teria nessa escola um ambiente adequado e um suporte necessário para promover o seu processo de aprendizagem. Sendo assim, a gestão tem que procurar viabilizar as mudanças necessárias no seu espaço para que quando um aluno com deficiência física se matricule na escola tenha um espaço devidamente adequado e seja assim um ambiente sem barreiras arquitetônicas para conseguir promover as condições necessárias para a aprendizagem dos alunos com deficiência física igualmente que já existe para os alunos sem deficiência na escola.

Além disso, os alunos que estão já matriculados na escola podem a qualquer momento vir a obter a mobilidade reduzida até de forma temporária caso ocorra algum acidente ou devido a algum problema de saúde, então, a escola tem que estar preparada antes que isso ocorra, pois se ocorrer e o aluno não tiver um aporte adequado ele pode vir a deixar de frequentar a escola e isso irá impactar no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, D. H. **ESTUDO DA APLICAÇÃO DA NORMA 9050/2015 NO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ - CERES DA UFRN**. 2019. 55 f. TFG (Graduação) - Curso de Engenharia Civil, Departamento de Engenharias, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Angicos, 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. **Lei Nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Congresso Nacional, 2015.

BRASIL. Associação Brasileira De Normas Técnicas - ABNT; 2015, **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BRASIL. **Viver sem limite**: Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001.